



## **Igualdade de gênero e empoderamento de meninas na escola: um estudo no ensino médio**

Josélia Rita da Silva<sup>1\*</sup>

<sup>1</sup> IFFluminense - UENF

\*[joseliaamaral@gmail.com](mailto:joseliaamaral@gmail.com)

### **Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo compreender como a igualdade de gênero é vivenciada no cotidiano escolar por alunas de cursos técnicos integrados ao ensino médio. Essa escolha refere-se ao fato de que vivemos em uma sociedade na qual ainda ocorrem inúmeras situações de discriminações e limitações do gênero feminino, o que acarreta perdas incontáveis para a sociedade de um modo geral. Para tanto, aplicamos a pesquisa em uma unidade escolar do Noroeste Fluminense, por meio de técnicas quantitativas e qualitativas, buscando compreender como a escola aborda e promove a igualdade de gênero em seu cotidiano. Os resultados apontam para a ocorrência de situações de distinção entre os gêneros, mas aponta para uma consciência das alunas em relação a seus direitos, espaços e competências.

**Palavras-chave:** Empoderamento de meninas, Igualdade de gênero, Ambiente escolar, Práticas educacionais.

### **1. Introdução**

Nossa sociedade, marcada pelo patriarcado histórico, atribuiu papéis a homens e mulheres de formas distintas e, passou a legitimá-los como forma de manter uma ordem social excludente e autoritária, em que o gênero masculino exerce poderio sobre o feminino. A escola, como assevera Bourdier<sup>[1]</sup>, pode se constituir como um espaço de reprodução da realidade social ou de transformação desta. Desse modo, pode contribuir para a manutenção da desigualdade entre os gêneros, ou alimentar práticas e aprendizagens que contribuam para a construção de uma relação de igualdade entre meninos e meninas.

O presente artigo teve como propósito compreender como a igualdade de gênero é vivenciada no cotidiano escolar por alunas de cursos técnicos integrados ao ensino médio. Cumpre destacar que a pesquisa com essas “meninas” pode contribuir para uma compreensão mais detalhada de processos e visões que auxiliem na elaboração de ações para o melhor ensino e fomento ao empoderamento feminino, a partir da escola.

O Censo Demográfico de 2010<sup>[2]</sup> indica que no Brasil são cerca de 30 milhões de meninas vivendo sob os mais variados contextos e situações, incluindo as relacionadas a seu gênero. Botton e Strey<sup>[3]</sup> definem gênero como uma construção social e história atribuída ao ser desde a infância em virtude de seu sexo biológico.

Na prática, é possível observar que desde a infância as marcações de gênero ocorrem de maneira a reforçar a desigualdade entre meninos e meninas quanto às suas possibilidades. Pesquisas mostram que a diferença entre os gêneros ocorre em espaços privados desde muito cedo, responsabilizando meninas por atividades das quais os meninos são isentos.

Diante do exposto, ações de promoção da igualdade entre homens e mulheres tornam-se fundamentais. De acordo com o UNICEF<sup>[4]</sup>, igualdade de gênero significa garantir que meninos e meninas, e homens e mulheres, possam desfrutar dos mesmos direitos, proteção e oportunidades em uma sociedade.

Como mostram Santos, Mora e Debique<sup>[5]</sup> a escola também pode se constituir um espaço de reforço dessas desigualdades baseadas no gênero por meio da reprodução dos padrões socioculturais de relações de submissão-dominação entre meninos e meninas. Essas marcações ocasionadas por relações de desigualdade podem gerar condições desfavoráveis e ainda elevar a vulnerabilidade das meninas. Desse modo, e compreendendo que a pedagogia se insere em todos os lugares de produção do conhecimento, é preciso pensar em ações educativas que possibilitem amenizar a polarização entre meninos e meninas ao mesmo tempo que promovam a reflexão e o ressignificar das relações de gênero conforme apontamentos de Rossi<sup>[6]</sup> e Xavier-Filha<sup>[7]</sup>. Ações de empoderamento de meninas na escola são importantes para permitir a igualdade de condições e ainda formar uma mulher mais consciente de seu espaço e direitos. Vale destacar que empoderar é mais que “dar poder às mulheres”. Trata-se de desenvolver estratégias em nível individual e coletivo capazes de reverter a situação de submissão das mulheres, que historicamente mostrou-se difícil de ser combatida.

Apesar da ausência de estratégias em âmbito nacional, em todo o país é possível encontrar iniciativas de escolas e docentes que, reconhecendo essa necessidade tem promovido o despertar e empoderamento de meninas. Machado *et al.*<sup>[8]</sup> apontam que dentre as questões necessárias de se abordar na escola, encontra-se a formação das adolescentes para o mercado de trabalho e a construção de uma carreira. Nessa tarefa o ambiente escolar e as práticas educativas que prezem pela emancipação das meninas e a igualdade de gênero mostram-se essenciais.

## 2. Materiais e Métodos

### 2.1. Metodologia

Essa pesquisa adotou uma abordagem mista com emprego de técnicas qualitativas e quantitativas e foi desenvolvida em uma unidade de ensino da rede pública localizada no Noroeste Fluminense, que em 2021 conta com 76 docentes, 49 servidores e 1.173 alunos, sendo 604 matriculados no ensino médio. Na referida escola esta etapa da educação é oferecida de forma integrada a cursos técnicos de Administração, Eletrotécnica, Informática e Química, cuja distribuição por curso e gênero é apresentada a seguir:

**Tabela 1.** Distribuição dos estudantes por curso e gênero.

Curso	Feminino	Masculino	Total
Técnico em Administração	104	37	141
Técnico em Eletrotécnica	45	133	178
Técnico em Informática	64	123	187
Técnico em Química	56	42	98
TOTAL:	269	335	604

Foram convidadas a participar da pesquisa todas as alunas dos cursos técnicos integrados ao ensino médio independentemente da idade e série. A escolha por tais alunas justifica-se por estas estarem recebendo além do ensino básico uma formação técnico-profissional, o que presume que muitas ingressarão em seguida no mercado de trabalho. A pesquisa foi realizada em etapas, a saber:

1. Foi aplicado um questionário às alunas, disponibilizado por meio de *link* do *Google Forms*, enviado via endereços de *e-mails* e grupos de *WhatsApp* do qual as alunas de cursos técnicos faziam parte. O questionário ficou disponível para respostas no período de novembro de 2020 a fevereiro de 2021, obtendo retorno de 99 alunas, do total de 269 matriculadas em cursos técnicos da escola estudada, correspondendo a uma amostra de 37% do total de estudantes mulheres.

2. Foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo utilizando-se da técnica de grupo focal, com as mesmas alunas participantes da amostra quantitativa. Foi divulgada a ação para que as jovens buscassem a participação livremente, o que já evidenciaria uma característica de

protagonismo juvenil. O grupo discutiu o empoderamento feminino e a igualdade de gênero, a partir de um roteiro semiestruturado de questões, em duas etapas. A pesquisa final contou com a participação de nove estudantes oriundas dos quatro cursos técnicos oferecidos pela escola pesquisada por meio de videoconferência realizada pelo *Google Meet*. Foi mantido o anonimato das participantes, sendo elas identificadas por códigos (números de 1 a 9).

### **3. Resultados e Discussão**

#### **3.1. Resultados quantitativos**

Quando perguntadas acerca do conhecimento que possuem sobre seus direitos bem como seu espaço na sociedade, as adolescentes declaram-se conscientes, e mais de 89% delas afirmam reconhecer seu espaço no campo social, enquanto mulheres detentoras de direitos.

Observa-se, porém, que apesar de declararem reconhecer seus direitos e espaços, uma maioria expressiva de alunas (82,8%) também aponta já ter sofrido algum tipo de discriminação em decorrência do gênero. Esse grande número de respondentes que já foram discriminadas, aponta para um problema social, qual seja, não basta reconhecer seus direitos e lugar na sociedade, uma vez que o meio social submete as meninas a situações discriminatórias em decorrência de seu gênero.

Avaliando os espaços de relações sociais que mais submetem as adolescentes a discriminação por gênero, nota-se que a família (79,5%), a escola (65,1%) e a igreja (32,5%) são apontadas como os principais locais de marginalização. Por tratar-se de espaços cujo convívio das estudantes é frequente, é possível inferir que tais discriminações não são esporádicas, mas sim frequentes. A família e a escola, conforme estabelecido pela nossa Constituição Federal<sup>[8]</sup>, são responsáveis pela formação e educação do ser em desenvolvimento. Os números revelam que estas entidades não estão apenas deixando de cumprir seus papéis de promover uma educação emancipadora das meninas, mas também as submetem a situações discriminatórias, o que reforça a necessidade de aprimoramento das instituições para além de aspectos legais, mas que incluam a vivência cotidiana nos espaços sociais.

Quanto às situações de promoção da igualdade de gênero nos cursos técnicos nos quais estudam, a maioria das entrevistadas aponta não saber responder; e a diferença entre as que responderam que o curso promove ou não promove ações relacionadas à igualdade de gênero é muito pequena (29,3% e 22,2%, respectivamente)

#### **3.2. Análise qualitativa**

Quando perguntadas sobre os desafios do gênero na adolescência atual, a Aluna 2 demonstra otimismo apontando para conquistas das mulheres no âmbito da educação e do mercado de trabalho. Também salienta que a sua geração tem se engajado mais com as questões de gênero. Por outro lado, as Alunas 4, 6, 5 e 2 demonstram problemas e desafios que enfrentam e chama atenção o quanto a questão da sexualização feminina, já na adolescência, torna-se um peso para essas meninas. Elas tecem comparações com os meninos e a sexualização tão precoce imposta pela sociedade, tira de certa forma a liberdade destas que, seja por rótulos ou por cautela, acabam limitando algumas ações.

Quanto à temática da igualdade de gênero, no âmbito da escola e dos cursos técnicos, dos quais as estudantes fazem parte, a análise demonstra que ainda persiste a tentativa de impor e limitar espaços e práticas que demarcam o lugar de meninas e meninos, conforme pode ser observado nas participações das Alunas 1 e 3, que salientam diferenças na prática esportiva e no vestuário. A escola pode reproduzir limitações que impõem a meninos e meninas lugares de privilégio ou exclusão.

Também chama atenção na fala da Aluna 1 acerca da importância do professor, como mediador dessas relações, estando presente quando ocorrem situações de exclusão,

manifestando-se e educando tanto meninos quanto meninas para relações mais igualitárias, justas e fraternas. É preciso compreender e promover a escola como espaço educador de maneira mais ampla para além de conteúdo, mas também de relações sociais.

Nota-se ainda na fala da Aluna 6 (Curso de Administração), que o perfil atribuído ao curso como mais masculino (Informática e Eletrotécnica), feminino (Administração) ou neutro (Química), determinado segundo a maior ou menor presença de mulheres, também se torna um marcador importante. Em todo o caso, as divisões sociais e estereótipos associados a profissões mais masculinas e mais femininas ainda persistem no âmbito da escola e da educação, permitindo inferir o quanto é necessário que a escola e os cursos estejam atentos para reverter essas marcações de gênero associadas a profissões e promover a igualdade entre meninas e meninos em todas as profissões e preparação para o mercado.

Reforçando o papel da escola enquanto espaço educador mais amplo, a fala da Aluna 7 ressalta a relevância das educadoras, em especial, como exemplo a ser seguido na ótica da igualdade de gênero. De maneira mais ampla, as Alunas 1 e 2 também apontam na direção da importância da influência feminina para além da escola. Os exemplos de mulheres que lograram êxito em suas carreiras e vidas torna-se inspirador para as meninas, empoderando-as a crer que também são capazes de alcançar seu espaço, por meio de estudo e trabalho.

#### 4. Conclusões

Os resultados apontaram para a existência de práticas e situações de exclusão e subordinação das meninas por seu gênero no ambiente escolar, o que, apesar de não ser a maioria dos casos, pode refletir na segurança dessas meninas quanto a suas capacidades. Depreende-se a necessidade de abordar a igualdade de gênero como temática transversal, interdisciplinar e de maneira cotidiana no ambiente da escola. É preciso que o tema seja contemplado de maneira mais clara e explícita nos documentos que orientam a vida escolar, como os projetos de curso e propostas pedagógicas.

Cumprido destacar que, por ser uma temática que envolve relações sociais, o tema não deve ser trabalhado apenas por professoras e com meninas, mas deve incluir meninos e docentes do gênero masculino, afinal, construir relações mais justas e igualitárias entre os gêneros é responsabilidade de toda a escola.

#### Agradecimentos

IFFluminense – ICJ-CNPq – Edital 58/2020.

#### Referências

- [1] BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- [2] CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- [3] BOTTON, A.; STREY, M. N. Educar para o empoderamento de meninas: apostas na infância para promover a igualdade de gênero. **Inclusão Social**, v. 11, n. 2, 13 ago. 2018.
- [4] UNICEF Brasil, Indica e *Plan International*. Empoderamento de Meninas: Boas Práticas Como iniciativas brasileiras estão ajudando a garantir a igualdade de gênero. **Caderno de boas práticas**, Brasília, dez. 2016.
- [5] SANTOS, B. R.; MORA, G. G.; DEBIQUE, F. A. (Coords.). **Empoderamento de meninas** – Como iniciativas brasileiras estão ajudando a garantir a igualdade de gênero. UNICEF – Brasília: INDICA, 2016
- [6] ROSSI, R. C. As gurias do Sul: representações das jovens gaúchas em artefatos culturais midiáticos impressos. **Olhar de professor**, v. 9, n.1, p. 119-130, 2006.
- [7] XAVIER-FILHA, C. Sexualidade(s) e gênero(s) em artefatos culturais para a infância: práticas discursivas e construção de identidades. In: \_\_\_\_\_. **Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual**. Campo Grande: Editora UFMS, 2009.
- [8] BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.